

O envelhecimento digno a que temos direito depois de uma vida a trabalhar

O envelhecimento constitui uma vitória do desenvolvimento socioeconómico e da saúde pública (World Health Organization, 2015b).

A interdependência e a solidariedade entre gerações são princípios importantes do envelhecimento saudável. A família, a comunidade e a sociedade têm um forte impacto na forma como se envelhece (Cabral, Ferreira, Silva, Jerónimo & Marques, 2013).

As pessoas idosas devem ser vistas como uma base sólida para o desenvolvimento futuro, uma vez que possibilita que a sociedade beneficie das suas capacidades, experiências e sabedoria; assim, esta deve promover e facilitar esta contribuição, ajudando a manter o bem-estar e a qualidade de vida, a autonomia e a independência das pessoas idosas e a quebrar as inúmeras barreiras que impedem a sua participação na sociedade.

Pensar o envelhecimento implica, como todos sabemos, repensar todo um conjunto de políticas públicas, pelo que a mudança só acontece através da visão compartilhada de todo o país, com o envolvimento de múltiplos sectores, como a saúde, a educação, a segurança social e o trabalho, a cidadania e a igualdade, a economia, a justiça, entre outros.

Havendo uma maior esperança de vida torna-se necessário recorrer à construção de infraestruturas que consigam suportar este desenvolvimento, capazes de proporcionar aos idosos uma qualidade de vida até ao fim das suas vidas. Estamos a falar de apoios domiciliários para quem não quer ir para as ERPIs e que estas existam em número suficiente para abranger quem delas necessita, com estruturas adaptadas a idosos com diversas patologias e que lhes permitam desenvolver actividades físicas e intelectuais. Exige-se também que os idosos permaneçam em lares

perto das habitações dos seus familiares para que estes, mais frequentemente, os possam visitar.

Sabemos que dois em cada três idosos não têm rendimentos suficientes para pagar um Lar, ora no nosso país não há um único lar público. Daí a razão da nossa petiçãoconjunta com o MURPI.

Nós Inter Reformados defendemos:

- O direito a envelhecer dignamente, com direitos após uma vida de trabalho;
- A criação de uma rede pública de equipamentos sociais como atrás evidenciámos;
- Lares públicos com mensalidades compatíveis com os fracos rendimentos da maioria dos reformados e pensionistas de forma a combater a proliferação de lares clandestinos sem condições de assistência qualificada;
- A defesa e o reforço da Segurança Social Pública, universal e Solidária;
- O investimento adequado ao reforço do Serviço Nacional de Saúde, Público, Gratuito e Universal.

Pois se o envelhecimento começa com o nascimento, a dignidade na velhice deve ser construída em todas as fases da vida e em todas as circunstâncias possíveis.

Valorizar e acarinhar os mais velhos hoje é preparar o nosso, o vosso próprio envelhecimento.